

PE
OK

Transformações recentes nos espaços de fruticultura do Nordeste do Brasil¹

Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

Dalva Maria da Mota

Pedro Carlos Gama da Silva

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar processos sociais ocorridos em regiões de fruticultura do Nordeste do Brasil que produzem para mercados de consumo dos chamados países do Norte. Mencionadas regiões foram delineadas por meio de políticas públicas destinadas ao aproveitamento das águas das barragens construídas para a produção de energia elétrica e irrigação. Com a irrigação, criaram-se oportunidades para o cultivo de legumes e frutas tropicais, algumas delas consideradas exóticas. A partir da década de 1980, dois pólos principais de fruticultura irrigada se constituíram: um no Vale do São Francisco, na região dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, e outro no Vale do Açu-Mossoró-RN, abrangendo as áreas dos municípios de mesmo nome. O primeiro, orientado para a produção de mangas e uvas, e o outro, para a produção de melão. O desenvolvimento dessas regiões tem sido objeto de vários estudos (OLIVEIRA, 1991; CAVALCANTI; FERREIRA IRMÃO, 1994; CAVALCANTI, 1999; SILVA, 1999; RODRIGUES, 2001; MARSDEN; CAVALCANTI, 2001; Silva, 2001 e outros), os quais indicam suas especificidades como produtoras de frutas para mercados da Europa e Estados Unidos.

Mais recentemente, surge um outro pólo, o Platô de Neópolis-SE (MOTA, 1999, 2001), onde o coco é privilegiado como principal produto.

¹ Trabalho elaborado com o apoio do CNPq e da Embrapa.

Embora surgidas em tempos diferentes, a região do Vale do São Francisco, a mais antiga, e o Platô de Neópolis, a mais recente, foram inspiradas e modeladas pela globalização dos sistemas agroalimentares e apresentam semelhanças no relacionado às formas de delimitar o território e definir a infra-estrutura técnica e organizacional características de sua instalação como áreas de produção, em substituição à tradicional agricultura de sequeiro, e à instalação de novas áreas de produção para consumidores diferenciados.

O projeto de modernização dessas regiões está pautado num modelo de gestão que assegura às empresas privadas um lugar especial na condução da transformação dos espaços locais no intuito de estabelecer elos com novas cadeias agroalimentares (MCMICHAEL, 1994; BONANNO, 1999) com base em produtos frescos (FRIEDLAND, 1997).

Igualmente relevante é a externalização desse tipo de produção (MARSDEN, et al., 1996) que, apesar de não ser totalmente absorvida pelos novos mercados, é construída segundo suas determinações.

Conforme demonstram os números da exportação da manga do vale, algumas empresas locais chegam a exportar 70% da produção, enquanto no Brasil o percentual é de apenas 16,8% da quantidade produzida; as outras mercadorias são importantes porque gradativamente ocupam janelas no mercado global. Este é, talvez, o ponto nevrálgico da questão a ser aqui examinada. Os vínculos com os mercados ou possíveis consumidores do Norte passam a ser determinantes dos processos de organização do trabalho e controle dos trabalhadores nesses novos espaços produtivos. Como indica o título, um olhar para o Norte torna-se decisivo para as ações ocorridas na fruticultura do Sul. Como bem ressalta Redclift (1998), essa relação Norte/Sul, já em alguns momentos, aparentemente crucial para o pagamento da dívida dos países do Sul, termina por mudar os destinos das populações locais e os controles exercidos sobre os seus territórios, embora nem todos os resultados sejam virtuosos.

Para compreender a atualização dos processos pelos quais áreas novas ou renovadas são inseridas nos circuitos globais, privilegamos neste artigo aspectos distintivos dos processos de construção dessas mercadorias

(APPADURAI, 1994), segundo usos particulares do trabalho e de aportes tecnológicos vários que asseguram a circulação de cada uma delas nas pautas de produtos nobres e de exportação de uma região de grandes desigualdades sociais e pobreza – o Nordeste brasileiro. Migrantes com diversas trajetórias de trabalho e histórias de vida vêm se destacando na arte de produzir frutas, de acordo com padrões de qualidade previamente definidos, compondo um mosaico formado por diferenças e desigualdades segundo recortes de gênero e etnicidade orientados pelo novo modo como se instalaram nas novas regiões.

Constituição e mudanças nas regiões produtoras de frutas frescas

Políticas estratégicas, apoiadas em projetos hidroelétricos e sistemas modernos automatizados de irrigação, transformaram partes de regiões do semi-árido e dos tabuleiros costeiros nordestinos num espaço para produção de frutas frescas com fortes vínculos com os mercados nacional e internacional. Neste cenário, novos modelos de apropriação do território, do meio ambiente e do trabalho emergiram, orientados por estratégias locais para atendimento a padrões de qualidade e eficiência exigidos externamente. Destes, exemplos aqui analisados são as regiões do Vale do São Francisco, especialmente no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA, ocupando uma área de 31.000 ha, e o Platô de Neópolis, no Estado de Sergipe, com 7.000 ha (Figura 1).

A agricultura irrigada da região do Vale do São Francisco teve origem no decorrer das décadas de 1960 e 1970, com os primeiros projetos públicos de irrigação instalados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (Bebedouro e Mandacaru) e com os projetos hidroelétricos que objetivavam a construção da barragem de Sobradinho. Mas é nos anos 1980 que se define seu perfil como região dinâmica no contexto da denominada “modernização conservadora” (MARTINE, 1987).²

² Quando a agricultura brasileira passou por mudanças que beneficiaram regiões específicas, produtos e grupos de produtores e repercutiram na configuração de novos espaços produtivos, na modernização da base técnica de produção e na transformação das relações sociais daí decorrentes, mas também na exclusão de parcela significativa dos trabalhadores e pequenos produtores.

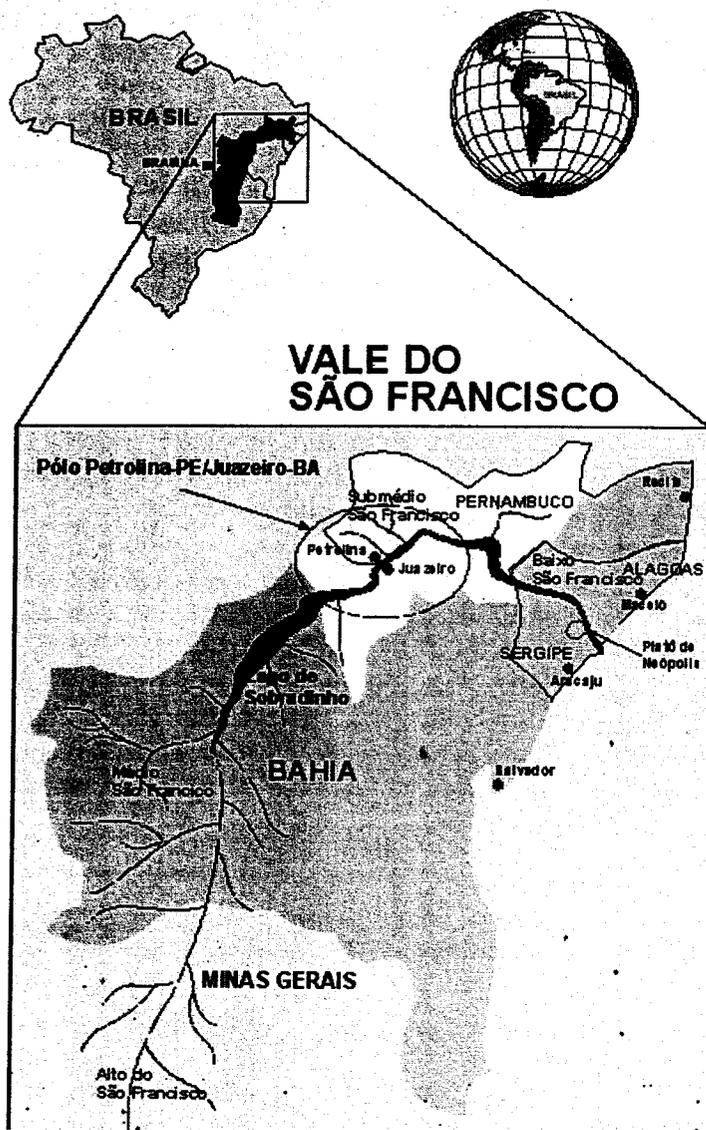


Figura 1 – Vale do São Francisco
Fonte: Silva (2001).

O forte apoio estatal por meio de fartos incentivos fiscais e financeiros e o suporte de instituições públicas como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf) foram fundamentais à consolidação de uma base produtora de frutas frescas nos anos 1980 (CAVALCANTI, 1998; SILVA, 2001). A opção pela fruticultura está definida no Plano para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Planvasf) (BRASIL, 1995), que delimita o desenvolvimento da região com base em mudanças nos mercados globais. Todas as políticas para o vale a partir de 1987 concorreram para o fortalecimento do pólo frutícola. Desde então, a atividade conhece rápida expansão.

Gradativamente as culturas tradicionais nordestinas como cana-de-açúcar e algodão perdem importância na pauta de exportação, com a entrada em cena de outros produtos como uva, manga, melão, entre outros. Os primeiros construídos de acordo com os requisitos dos mercados são a manga sem fibra e a uva sem semente, por exemplo. Mesmo ao coco, cultura tradicional no litoral nordestino, são agregados novos atributos tecnológicos para dotá-lo de características adequadas à sua distribuição e ao consumo *in natura*, em atendimento às exigências de segmentos de mercado. A introdução de novas culturas e a transformação de produtos tradicionais têm contribuído para a reelaboração e re-significação de símbolos da agricultura nordestina, desta vez como frutos tropicais, saudáveis e naturais, associados ao clima e à beleza da região.

Novas relações entre produtores, trabalhadores, agentes de mercado e consumidores promovem a dinamização dessas regiões, ressaltada pela circulação de trabalhadores e mercadorias. As cidades passam a abrigar os novos atores migrantes que se deslocam de regiões várias para realizar as tarefas de transformação das frutas em mercadorias que circulam fora dos limites locais de controle. Além dos trabalhadores e empresários atraídos pelas novas oportunidades de produção e emprego nas unidades agroindustriais, a região passa a oferecer outras oportunidades e ocupação de mão-de-obra. O setor de serviços se expande pelo tipo de trabalho requisitado na agricultura, evidenciado empiricamente pela instalação de novas agências e serviços bancários, hotéis, restaurantes,

bares, escolas profissionalizantes, empresas de consultoria, venda e manutenção dos equipamentos de irrigação, casas comerciais especializadas em fertilizantes e defensivos, entre outros.

O mercado de trabalho se reestrutura pela constituição de um núcleo central de trabalhadores – registrados nas diferentes unidades produtivas, principalmente nos tratos culturais e nas atividades de colheita e pós-colheita e de um outro periférico – formado por trabalhadores temporários que transitam entre as unidades de produção em diferentes épocas. Profissionais altamente qualificados e trabalhadores polivalentes inserem-se em processos de produção para atendimento aos requisitos formulados externamente. Além disso, as mulheres ampliam sua participação no mercado, segundo uma divisão sexual do trabalho na qual predomina o viés de gênero.

Esse dinamismo das regiões, no entanto, não tem sido suficiente para evitar a convivência nelas de áreas modernas de agricultura irrigada com a agricultura tradicional de sequeiro e com bolsões de miséria onde os migrantes “errantes do fim do século” (SILVA, 1999) vivem na periferia das cidades e perambulam em busca de ocupação, demonstrando a ruptura entre lugares de morada e de trabalho. Como indicado em outros estudos, o modelo implantado no vale privilegia as empresas, embora, inicialmente, os projetos públicos de irrigação tenham sido concebidos, também, com um cunho social incluindo “colonos” e pequenos produtores das áreas ribeirinhas, que perderam as terras até então por eles cultivadas em virtude da inundação da barragem. As exigências do modelo empresarial de desenvolvimento do vale deixaram esses “colonos” à parte. Entretanto, o fracasso de muitos deles e a flexibilidade nas transferências dos lotes atraíram pequenos e médios produtores capitalizados de distintas origens para os negócios da fruticultura.

Dos anos 1980 ao início dos anos 1990, a expansão das áreas cultivadas e o aumento da produção garantiram o crescimento do emprego na região do vale, e abriram oportunidades para a contratação de homens e, principalmente, de mulheres, em face do crescimento dos parreirais e da exportação da uva, como, também, pelas atividades de pós-colheita incrementadas com o crescimento das exportações da manga.

Em contraste com a regularização das relações de trabalho observadas no início da atividade frutícola, nos últimos anos da década de 1990 (CAVALCANTI; SILVA, 1999), o nível de emprego foi reduzido e formas precárias de parceria foram criadas marginais ao sistema de proteção social e trabalhista (SILVA, 2001).

No início do novo milênio, as relações sociais se reconfiguraram nos planos individuais e coletivos, como consequência das divisões entre os que têm ou não trabalho, entre os grupos étnicos que contribuíram para a formação da região, entre homens e mulheres e entre os produtores com acesso diferenciado às políticas públicas engendradas mediante apoio dos fundos de fomento internacionais. A crescente substituição do trabalho humano pela tecnologia agrava o problema do desemprego. Este continua a constar nos itens a serem superados na pauta das políticas públicas e na agenda de diferentes organizações da sociedade civil.

Ao mesmo tempo, essas novas regiões se constituíram e são exemplos de sucesso e de exclusão social, reflexos de políticas para os diferentes tipos de produtores, cujas consequências se revelam num campo de forças onde desigualdades são reforçadas quanto ao acesso aos recursos: terra, informação, tecnologia, conhecimento e mercado. Todavia, as intervenções do Estado brasileiro na agricultura, o apoio a grupos de produtores, regiões e produtos comuns em outras fases da economia nacional tendem a mudar, pelas exigências do Acordo Geral de Tarifas Comércio (GATT) e acordos de livre comércio, como Mercosul. A flexibilização do trabalho, comum ao novo contexto de globalização, vem também agravando a diferenciação entre produtores e trabalhadores, como analisado por Silva (1999) para o caso da citricultura. Nesses processos, porém, algumas categorias sociais se beneficiam. As mulheres, por exemplo, encontraram no *boom* da produção da uva de mesa um espaço para o seu fortalecimento como categoria de trabalhadoras (CAVALCANTI et al., 1998). Do mesmo modo, a região de Petrolina/Juazeiro transformou-se no grande pólo de atração de migrantes, como evidenciado no incremento demográfico registrado no censo do início dos anos 1990 (IBGE, 1991), uma migração diferenciada. Migrantes das regiões Sul e Sudeste do Brasil, com experiência em fruticultura,

aproveitaram as novas condições oferecidas no vale para se fortalecerem como produtores; agricultores locais expulsos das áreas tradicionais de agricultura encontraram no assalariamento as condições para a sobrevivência de suas famílias. Tais deslocamentos interregionais revelam uma itinerância de atores, atraídos pelos espaços de expansão da fruticultura.

As novas condições dos mercados: qualidade, competitividade e estratégias empresariais

À combinação de fatores já mencionados, agregam-se as características naturais das regiões, que contribuem para ampliar as vantagens comparativas do negócio frutícola. As características climáticas, com baixos índices de pluviosidade, não superiores a 400mm anuais no Pólo Petrolina/Juazeiro, e altos índices de insolação, contribuem para que, sob condições de irrigação, seja possível produzir frutas a qualquer época do ano, fora de limites sazonais. Isto permite a ocupação de janelas de mercado quando os outros centros produtivos estão em recesso. Outra vantagem comparativa é o baixo preço da mão-de-obra em relação a outras regiões frutícolas como a Califórnia, sem contar que a atual onda de flexibilização das relações de trabalho tem servido para disfarçar relações precárias de controle e pagamento dos trabalhadores; mesmo assim, reduzir o trabalho e o emprego está entre as estratégias das empresas. Além disso, a estabilidade econômica decorrente do plano real (BRASIL, 1995), e os novos hábitos e formas de consumo de frutas e legumes estimularam o aumento da demanda por frutas no mercado nacional.

Por todas essas características, o sucesso do vale estimulou a criação de outros pólos fruticultores, entre os quais, o Platô de Neópolis que, apesar de ter sido implantado no contexto da reduzida participação do Estado na economia, não prescindiu de recursos públicos para sua implantação.

Em ambos os casos, em que pesem as vantagens comparativas, a busca por aumentos de produtividade é incessante e tem se dado por meio de inovações tecnológicas. Tais inovações repercutem na automatização de processos de irrigação, na transformação de tratamentos culturais, embalagem, acondicionamento e transporte. A pressão por

pesquisa para satisfazer cada vez mais às exigências dos mercados é uma constante. Em paralelo, a manutenção de redes de informação sobre preços, oportunidades de mercado e atendimento às exigências do consumidor tornaram-se estratégias igualmente decisivas para assegurar a competitividade da região e dos seus produtos.

As regiões produtoras de frutas frescas têm se esmerado na observância das exigências e cuidados especiais com as frutas e, também, com as áreas produtoras, segundo uma dinâmica de produção fundamentada em investimentos tecnológicos nas fases de produção, embalagem e transporte e de novas formas de controle sobre o trabalho e os trabalhadores. Observadores externos verificam se as condições de trabalho estão seguindo os padrões técnicos, fitossanitários e ambientais definidos para a sua distribuição. Visitas de varejistas europeus são freqüentes à região (PIRES, 1999). Há também um controle direto exercido por técnicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) nas fases de pós-colheita e de embalagem das frutas para aquele país.

Como já analisado,

perseguir um padrão de qualidade significa coordenar e organizar eficientemente o tempo, conhecimento, tecnologia e recursos humanos. Produtores e trabalhadores devem estar preparados para as novas práticas de gestão e outros trabalhos especializados requeridos (CAVALCANTI, 1996, p. 115).

Portanto, as unidades de produção devem ser ágeis no treinamento e atualização dos conhecimentos dos seus trabalhadores; com base na "externalização", para serem as responsabilidades compartilhadas, assim como o conhecimento e, talvez, os benefícios. Estes últimos, no entanto, parecem inacessíveis à maioria dos atores num contexto onde o desemprego estrutural domina a cena e na qual a organização dos trabalhadores é frágil e insuficiente para reverter o quadro. É verdade que enquanto novas regiões frutícolas estão entre os exemplos de solução para o problema do desemprego no Nordeste não há muito espaço para contestação (CAVALCANTI; BENDINI, 2001). Apesar de os trabalhadores do vale e do platô terem ensaiado algumas ações de protesto e greves, ainda não conseguiram formar um sindicato forte, por exemplo.

Todavia, para os empresários, médios e pequenos produtores, o contexto também não é dos mais fáceis. As exigências dos mercados e a fragilidade dos produtores ante os grandes compradores do Norte requereram se organizarem, eles também, para assegurar a competitividade dos seus produtos em espaços comerciais (CAVALCANTI, 1999a, 1999b). Exemplos de experiências nesse terreno são a Associação de Produtores Exportadores de Hortifrutigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport) e a Associação dos Concessionários de Distrito de Irrigação do Platô de Neópolis (Ascondir).

A despeito do lugar de destaque ocupado pela tecnologia nesses processos, a margem de manobra do empresariado depende de fatores múltiplos, entre os quais preços, política cambial e outros fatores conjunturais. O racionamento de energia ocorrido no Brasil, no segundo semestre de 2001, e o atentado às torres em Nova York, em setembro do mesmo ano, foram alguns dos fatores prejudiciais à exportação das frutas brasileiras, seja pela dificuldade experimentada para manter uma produção altamente dependente de energia, seja pelo fechamento de portos por vários dias, o que retardou a distribuição e afetou a qualidade dos frutos. Apesar disso, nesse ano “as vendas cresceram em volume, mas os preços caíram”, afirma o gerente da Valexport, associação que congrega 45 produtores do Vale do São Francisco (BRASIL..., 2002). Segundo esse informante, a entrada de novos produtores no mercado tem aumentado a oferta, mas também tem derrubado os preços, a exemplo da manga, que depois de alcançar US\$10 pela caixa de 4kg no mercado americano em 2000, caiu para US\$6 em 2001. A saída seria a conquista de novas janelas de mercado, a partir de diferentes estratégias comerciais e de marketing.

Evidenciam-se na atualidade crescentes críticas às políticas protecionistas adotadas por países europeus; as quais reduzem as possibilidades de circulação dos produtos brasileiros nos mercados mundiais. Mesmo assim, para o ano de 2002, o Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf) prevê o crescimento de 30 a 35% das exportações em relação a 2001. Nestes números, a participação da fruticultura irrigada nordestina deverá ser significativa, pois a manga, o melão e a uva constam na pauta dos produtos mais exportados em 2001.

Um aspecto central nas estratégias para competição e competitividade é a organização dos produtores para a defesa dos seus interesses quanto a comercialização, financiamentos, conquistas de novos mercados, melhoria dos padrões de gestão, redirecionamento de políticas públicas, entre outros aspectos. Com esta finalidade, a Valexport e a Ascondir foram fundadas. O surgimento da Valexport é resultante de alguns pontos, como: a) experiências negativas de produtores com vendas isoladas; b) incentivos das instituições governamentais. Esta empresa consolidou-se com o fortalecimento do pólo frutícola, quando os diferentes interesses privados passaram a ser explicitados na reivindicação de políticas para o setor, além da obtenção do reconhecimento dos poderes públicos constituídos “para exercer uma espécie de governança setorial privada com funções públicas” (SILVA, 2001, p. 184). Como consequência, a ação pública da Valexport na região do vale é decorrente da negociação com a organização dos interesses privados e políticos locais, originando uma modalidade de gestão simultaneamente setorial e territorial. Ao se espelhar nessa experiência da Valexport, a Ascondir tem desempenhado também este papel. Além disso, essas associações intermediam a comercialização. No entanto, não assumem diretamente as vendas, quase sempre geridas por cooperativas que congregam pequenos e médios produtores.

Classe, etnicidade e gênero nos novos contextos produtivos regionais

Essas novas regiões são formadas por categorias sociais várias. Grosso modo, as análises revelam uma divisão da população entre produtores (empresários ou pequenos produtores “colonos”) e trabalhadores. Mas essas categorias são também internamente diferenciadas por região, gênero e etnia, marcadores importantes da diversidade presente nesse espaço produtivo (CAVALCANTI, 1999b).

Entre os produtores, há os naturais da região Nordeste e outros que para lá acorreram diante do sucesso da fruticultura. Este segmento divide-se, ainda, entre os exclusivamente dedicados à atividade agrícola e os que desempenham outras atividades. No caso do vale, empresários

e “colonos” participam do gerenciamento das unidades de produção. No platô, os produtores irrigantes são exclusivamente empresários.

Para os dois casos, os trabalhadores são predominantemente oriundos dos municípios circunvizinhos aos projetos e desvinculados dos meios de produção. Em alguns casos, porém, são originários da agricultura familiar e dependem de outras estratégias para assegurar a reprodução social do seu grupo, como o assalariamento temporário ou permanente. Há, ainda, alguns entre eles que vivenciam uma migração de retorno; exemplares são trabalhadores nordestinos que haviam migrado para a região Sudeste, onde trabalharam na produção de limão e retornaram com alguns dos seus patrões para o vale, onde chegaram a ascender à condição de pequenos produtores. Apesar de poucos, esses casos de mobilidade são efeitos virtuosos dos processos em curso. Empresários de origem japonesa ou italiana de segunda geração também ali se instalaram. Esses exemplos contribuem para tornar claro um processo contínuo de migração e de como se constrói, nas novas regiões, uma cultura particular de produzir “frutas”.

Portanto, as disputas de mercado, a busca contínua por inovações tecnológicas, o aumento da produtividade e qualidade dos produtos, assim como o atendimento às exigências dos compradores e consumidores desejosos de conhecimento “sobre a construção da mercadoria e do processo produtivo” (CAVALCANTI, 1999a, p.148) e das preocupações com a sustentabilidade ambiental alimentam o cotidiano dessas novas regiões e as estratégias usadas pelos atores sociais envolvidos. Paradoxalmente, não obstante as diferenças de políticas que perseguiram o crescimento do emprego, as estratégias produtivas têm funcionado como redutoras de mão-de-obra efetivamente usada e, em relação aos que permanecem, são seletivas porque requerem novas e atualizadas qualificações. Ao mesmo tempo a heterogeneidade das etapas da produção agrícola, também, tem sido usada como justificativa para contratação de trabalhador “múltiplo”, capaz de realizar diferentes atividades e, assim, ser remanejado de uma para outra função ao longo dos ciclos de produção das culturas. Convivem nos mesmos espaços trabalhadores especializados com polivalentes e outros desqualificados para as novas tarefas exigidas pela qualidade dos produtos

(LARA, 2001). Com o crescimento da demanda por postos de trabalho, escutam-se também as vozes dos empresários a reclamar da falta de pessoal qualificado para assumir novas tarefas na produção.

Apesar dos espaços ocupados pelas mulheres na produção de uva, responsáveis por cerca de 70% das atividades no Vale do São Francisco (CAVALCANTI, 1997, 1998, 1999), em ambas as regiões a predominância é de trabalhadores homens, com a justificativa de possuírem a capacidade de se adaptarem a qualquer atividade agrícola e representarem menores despesas nos custos de produção, ao contrário das mulheres, que requerem mais gastos com seguridade social – licença maternidade, e são responsáveis diretas pelos filhos, além de, conseqüentemente, mais susceptíveis aos acontecimentos externos ao trabalho; ou, ainda, pela idéia usualmente compartilhada por homens e mulheres, trabalhadores da agricultura nordestina, de ser a mulher capaz de executar apenas tarefas leves e delicadas, o que escamoteia a qualificação obtida no dia-a-dia do trabalho, tão evidente no caso das fases de produção da uva.

O crescimento do emprego feminino na produção da uva contrasta com o observado em pesquisa realizada no platô onde as mulheres constituem apenas 5,4% do total dos trabalhadores; assim mesmo, quase a metade trabalha de forma temporária e clandestina.

No Nordeste, as áreas de fruticultura irrigadas são predominantemente de culturas permanentes, cujos sistemas de produção possuem características diferentes da agricultura irrigada tradicional (matéria-prima para as agroindústrias), com repercussões no número e formas de ocupações geradas. É aqui interessante comparar o que acontece nos casos da agricultura irrigada tradicional e nas novas áreas com fruticultura irrigada.

A atividade frutícola tende a diminuir os postos de trabalho nas atividades propriamente agrícolas e a intensificar os serviços, essenciais para a formação das imagens e símbolos agregados às frutas que concorrerão nas gondolas dos supermercados mundiais. Mas a construção dessas mercadorias não termina nos centros de produção agrícola; novas

fases como a pós-colheita, embalagem e transporte apropriado deverão garantir a chegada das frutas aos centros distribuidores com qualidade. A tendência é privilegiar o uso de tecnologias mais sofisticadas que reduzam toques manuais nas fases de seleção e de embalagem, com conseqüências na redução dos coeficientes de utilização de mão-de-obra. Se a previsão inicial de ocupação era de 5,4 empregos/ha/ano (OLIVEIRA, 1991), atualmente este índice é de menos de 2 empregos/ha no Vale do São Francisco (SILVA, 2001) e 1 emprego para cada 5,9ha no Platô de Neópolis, proporção que tende a aumentar, pois em 2002 eram 4,7ha para cada emprego. A diferença entre esses números pode ser explicada pelas especificidades das culturas em cada caso.

Como afirma Cavalcanti (1999b), 37 mil trabalhadores, permanentes e temporários, ocupam-se na fruticultura do Vale do São Francisco. Essa informação é atualizada por Silva (2001), com base em informações do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Petrolina, segundo o qual a estimativa é de 60 mil trabalhadores. “Destes, apenas 25 mil são permanentes e 35 mil são temporários. Desse total de trabalhadores, 50% deles, ou seja, 30 mil, têm carteira assinada e apenas 10 mil são sindicalizados”.

Em pesquisa realizada no Platô de Neópolis, como constatou Mota (1999; 2001), até junho de 2004, o número total de empregos era de 811. Destes, 651 eram permanentes (620 homens e 31 mulheres) e 160 temporários (147 homens e 13 mulheres) para 4.000 ha em produção.

Na configuração das relações de trabalho no Projeto de Irrigação Platô de Neópolis, um dos aspectos mais evidentes é a relação entre ocupação e gênero. Enquanto os homens ocupam a quase totalidade dos postos de trabalho, as mulheres se inserem apenas de forma precária e pontual, embora no discurso dos técnicos e gerentes haja o reconhecimento do trabalho feminino como o mais adequado para as tarefas mais leves, como adubação e cata às baratas do coqueiro, ambas atividades temporárias. As mulheres são consideradas também mais atenciosas, detalhistas, “obedientes” e limpas, apesar destas características serem fundamentais para poucas atividades na agricultura do platô.

Além dos empregos oferecidos pelas empresas, observa-se a expansão da terceirização. Muitas das atividades, anteriormente sob a responsabilidade do produtor, hoje são terceirizadas, estratégia justificada como flexibilização das relações trabalhistas. No vale, já se registram empresas ou equipes de trabalhadores especializadas em atividades pontuais como, por exemplo, a poda da mangueira ou a instalação de um parreiral.

ATIVIDADE	AGRICULTURA IRRIGADA TRADICIONAL	FRUTICULTURA IRRIGADA
Preparo e correção do solo, plantio, pulverizações e colheita	Utilização intensa de mão-de-obra em decorrência do curto ciclo da maioria das culturas	Redução drástica da utilização de mão-de-obra em decorrência de as culturas serem perenes
Fertilização	Utilização regular de mão-de-obra	Redução drástica de mão-de-obra pela automatização dos sistemas de irrigação e da fertirrigação
Poda mecânica e drenagem	Pouco frequentes ou inexistentes	Atividades frequentes, apesar da baixa utilização de mão-de-obra (o caso da drenagem)
Manejo da irrigação	Grande utilização de mão-de-obra para remanejamento do equipamento, controle e condução da irrigação	Baixa utilização de mão-de-obra pela automatização dos sistemas de irrigação e pela irrigação localizada que dispensa manuseio do equipamento
Tratamento de pós-colheita	Inexistente	Intensa na utilização de mão-de-obra

Quadro 1 – Quadro comparativo entre as atividades da agricultura tradicional e fruticultura irrigada

Fonte: Silva (2001). Organização dos autores.

Outra característica comum nos casos analisados é a diversidade de atores sociais envolvidos, que têm contribuído para se instituir na região novos sistemas de conhecimento, competências, qualidades cobradas por mercados exigentes dos Estados Unidos e de países da Europa. Conforme informações, a região do Vale do São Francisco beneficiou-se das diferenças étnicas e culturais dos que lá chegaram levando sua

maneira própria de atuar e representar o mundo. Fala-se da objetividade dos "paulistas" e "italianos", ou do trabalho duro dos "japoneses" e seus descendentes, ou da criatividade dos "nordestinos" que contribuíram para garantir o sucesso da região. Ao reconhecê-las, os informantes estão refletindo sobre o modo como essas diferenças se revelam e se reconfiguram no cotidiano da produção (CAVALCANTI, 1999a).

Os resultados dessa diversidade étnica e cultural são ressaltados ou criticados segundo identificações e disputas entre os distintos migrantes. No platô, por exemplo, gerentes originários do Sudeste do Brasil se vêem como mais racionais que os trabalhadores locais e afirmam que "os nordestinos não gostam de trabalhar, têm muitas crendices e dias santos, tudo é motivo para faltar ao trabalho" (MOTA, 1999, p. 72). Esses contrastes resultam do modo como os diferentes atores se relacionam nos novos espaços produtivos.

Como analisado até aqui, é possível afirmar que a qualidade dos produtos está vinculada às características da combinação dos fatores de produção e, mais particularmente, àquelas do modo de relacionamento entre os atores. Os requerimentos do trabalho na produção agrícola, sob irrigação, exigem se instaurar certa polivalência. A heterogeneidade das etapas de produção na agricultura assim como os ciclos de produção de cada espécie vegetal requerem tratamentos culturais em tempos precisos e segundo conhecimentos que extrapolam experiências vividas por muitos dos trabalhadores na agricultura de sequeiro ou em outras atividades profissionais.

Nestes termos, a constituição de núcleo central da força de trabalho pela polivalência tem se delineado como tendência nos casos ora analisados, à semelhança do que vem acontecendo em regiões de fruticultura argentina (CAVALCANTI; BENDINI, 2001). Ao mesmo tempo, constata-se, também, que os empregadores, preocupados com prazos e padrões de qualidade, buscam restringir a mobilidade de um núcleo central de trabalhadores pela regularização da relação trabalhista. No vale, os trabalhadores nessa condição encontram-se sob o estrito controle de fiscais, até mesmo externos, os quais observam o ritmo de trabalho, as relações entre os trabalhadores e, principalmente, os critérios de qualidade. O condicionamento para uma racionalidade produtivista com qualidade é imposto aos trabalhadores, embora formas de resistência se evidenciem.

No platô, pelas diferentes razões já discutidas, predomina a contratação de gerentes e trabalhadores de origem local, concorrendo para o fortalecimento de sociabilidades com base em relações preexistentes. Ou seja, 40% dos trabalhadores são parentes e as redes de recrutamento funcionam com base no parentesco e na camaradagem. Neste emaranhado de relações que mesclam trabalho com relações pessoais, despontam situações de reprodução de condições domésticas no trabalho: refeições partilhadas pelos membros de uma mesma família; realização conjunta de percursos de idas e vindas. Também se reproduzem situações de forte controle social pelas hierarquias familiares, quando diferentes membros da família controlam-se mutuamente no local de trabalho e na esfera doméstica. Enquanto os trabalhadores recrutadores de parentes e amigos não querem se comprometer ao indicar pessoas que não atuem segundo os interesses das empresas, os indicados evitam decepcionar um amigo ou parente por temerem repercussões negativas nas relações na vida social local.

Assim, essas redes tornam-se eficientes no controle da força de trabalho pelos compromissos de reciprocidade assumidos entre quem indica e quem é indicado. No momento do trabalho do platô não se observam situações de controle de conversa ou de brincadeiras entre os trabalhadores. Aliás, este é um dado destacado pelos trabalhadores como muito positivo. Apesar desta condição, o agrupamento dos trabalhadores do platô é segmentado por sexo, seja porque as mulheres trabalham em épocas e atividades específicas, seja porque existe uma noção segundo a qual homens e mulheres trabalhando juntos comprometem um padrão moral considerado adequado.

"Frutas para o mercado global": uva, coco e manga

Entre os produtos associados aos novos padrões de consumo (MENNEL et al., 1994) sobressaem as frutas secas. Os instrumentos da cultura de consumo, a propaganda, a mídia, o novo padrão estético dos corpos e os frequentes resultados de pesquisas sobre as consequências do consumo e de hábitos e costumes são determinantes na criação de novas necessidades para um estrato privilegiado da população. Padrões alimentares são modificados.

Multiplicam-se as variedades de alimentos frescos, disponíveis durante todo o ano. A dieta desindustrializa-se, naturaliza-se. Há maior demanda por alimentos frescos, exóticos, produzidos de acordo com certos requerimentos ecológicos e fitossanitários (CAVALCANTI; FERREIRA IRMÃO, 1994, p. 60).

Entretanto essa naturalização de dieta deve ser melhor qualificada porque sua construção depende de incrementos do trabalho e tecnologia.

No Vale do São Francisco, assim como no Platô de Neópolis, predominam os denominados sistemas de produção de culturas permanentes ou de longa duração. A manga, a uva e o coco, entre outras culturas, têm conquistado importantes janelas dos mercados nacional e internacional. São cultivadas em sistemas de produção intensivos no uso de tecnologia, mas com pouca utilização do trabalho humano e, no caso do coco, sem nenhum tratamento de pós-colheita.

Uva: cultura e espaço de mulheres

A introdução do cultivo de uva na região Nordeste é decorrente de uma conjunção de esforços entre diferentes pioneiros da iniciativa privada e políticas públicas. Chamam a atenção a origem externa à região desses pioneiros e dos técnicos, assim como a capacidade do Estado, por meio de diferentes instituições, para fornecer suporte tecnológico, contribuindo para a sedimentação do mercado de frutas frescas e, mais recentemente, a intensificação da produção de vinhos. Assim, a fruticultura comercial em larga escala teve como cultura central a uva. Isto rompeu até mesmo com a noção de vinculação do produto a um único território.

Entre as diferentes regiões produtoras de uva no Brasil (Sudeste, Sul e Nordeste), o semi-árido nordestino possui vantagens comparativas em decorrência das condições de luminosidade, umidade e disponibilidade de água, que possibilitam direcionar a produção para qualquer época do ano. Desse modo, ocupam janelas de mercado. Estratégias usadas por diferentes tipos de produtores têm conferido vantagens competitivas ao colocar a região no rol dos principais centros produtivos, garantindo a superação das divisões sazonais características de cultivos limitados ao clima.

Dos produtos cultivados no Vale do São Francisco, a uva ocupa 3.758 ha distribuídos em sistemas de produção de colonos dos projetos públicos de irrigação e médios e grandes empresários (SILVA, 2001). A participação desse produto na pauta de exportação cresceu significativamente até o ano 2002, conforme mostra o Gráfico 1 (NEHEMI et al., 2004).

A partir de 2003 há um decréscimo nas exportações, seja pelas chuvas que atingiram o Vale do São Francisco, seja pelo prolongamento da safra da Grécia.

No mercado nacional, o pique de consumo é o período natalino, mas a uva hoje compõe item de alimentação das classes médias e altas da população em decorrência do aumento do consumo provocado pela estabilidade econômica e relativa redução do preço. Se há três décadas este era um produto encontrado apenas em pontos estratégicos ou especiais de venda, na atualidade está disponível nas feiras, nos pequenos supermercados e a preços comparáveis com frutas regionais. Claro está que a qualidade dessa fruta vendida regionalmente não é a mesma, pois varia segundo as classes, os locais onde é vendida e consumida, como já indicado, inferior à da exportada. Segundo afirmam Douglás e Isherwood (1996), “os padrões de consumo têm o poder de exclusão”, revelando desigualdades nas esferas de consumo.

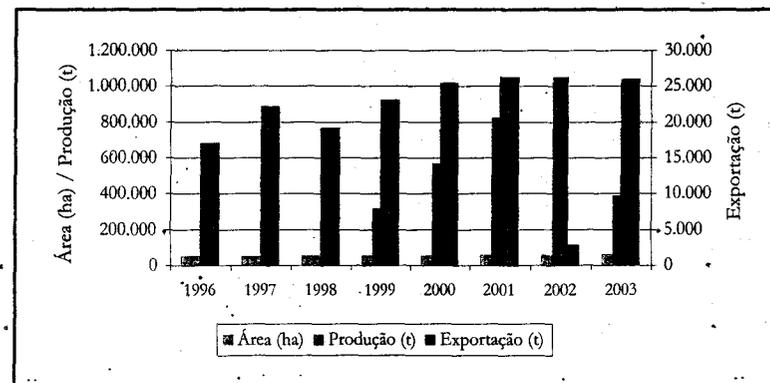


Gráfico 1.— Uva: evolução da área em produção, produção e volume de exportação no Vale do São Francisco, período 1996-2003

Por ser uma das culturas a ocupar maior quantidade de mão-de-obra, portanto, muito adequada às características da agricultura familiar, o cultivo da uva tem surpreendido, não apenas pelo uso decrescente da mão-de-obra, no total de apenas 2,5 trabalhadores por ha/ano, mas pelos novos sistemas de parceria instituídos. Tais arranjos mostram tendências da organização do trabalho, e comprometem, inclusive, a ocupação das mulheres. As iniciativas recentes de estabelecimento de parceria para o cultivo da uva indicam o reconhecimento da necessidade de tratamentos especiais com a cultura, geralmente obtidos em parcelas menores e sob os cuidados de uma família.

A uva é uma cultura caracterizada por grande irregularidade na utilização de mão-de-obra, requerendo dos produtores a contratação temporária de trabalhadores para as fases de poda, raleio e colheita. Além disso, as orientações técnicas se dão por meio de consultorias especializadas.

Grosso modo, as atividades de homens e mulheres estão divididas segundo a exigência de maior ou menor dispêndio de energia física, como também com base nas representações de que delicadeza é inadequado aos homens. Assim, compete às mulheres as denominadas tarefas "leves", como raleio da uva, colheita e pós-colheita. Aos homens, cabe a implantação do parreiral, pulverização, poda, amarrão, pós-poda e serviços mecanizados em geral. Segundo a representação dominante no Vale do São Francisco, trabalho com uva é feminino e trabalho com manga é masculino.

Quanto aos destinos da produção, sobressaem a região Nordeste (70%), a região Sul (20%) e o mercado internacional (10%) (INCRA, 2000).

Coco: produto da moda

Largamente cultivado no Nordeste em condições de sequeiro, principalmente por pequenos produtores, o coco é um produto em ascensão em diferentes regiões do Brasil como mostra o Gráfico 2 (NEHEMI et al., 2004).

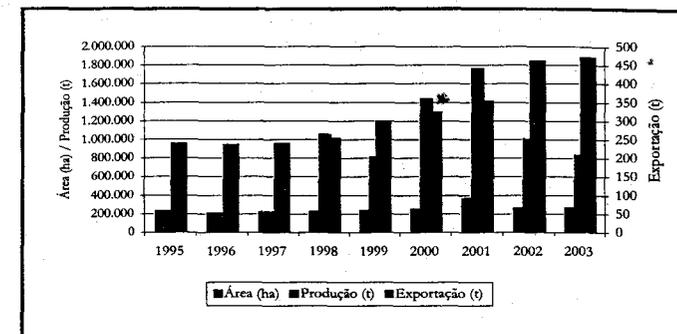


Gráfico 2 – Evolução da área e da produção de coco no Brasil, período 1995-2003

No entanto, nas áreas de expansão mais recentes são utilizados sistemas intensivos de produção com irrigação, predominantemente por microaspersão.³ A água de coco, principal produto de circulação nacional, passou a integrar as pautas de consumo de diferentes faixas da população. Uma incipiente industrialização na forma de acondicionamento possibilita sua comercialização em garrafas, copos e caixas, à venda em supermercados, bares, restaurantes e na rua, competindo com os refrigerantes. O crescimento do consumo da água de coco, cerca de 330% nos últimos cinco anos, tem sido justificado pela preocupação das pessoas em consumirem cada vez mais produtos naturais, frescos, e pelo fato de ser esta uma bebida que por suas propriedades e composição substitui as bebidas isotônicas e energéticas artificiais, representando 4% do mercado total de refrigerantes (MIRIZOLA FILHO, 2000). O Nordeste é a principal região produtora, e contribui com quase 80% da produção nacional.

No Vale do São Francisco e no Platô de Neópolis, o coco ocupa a segunda maior área plantada, com 1,0 e 1,5 mil ha, respectivamente, da

³ Caracterizados por sua alta eficiência na aplicação de água, de forma localizada, na região das raízes mais efetivas, com economia de energia. Esses sistemas permitem diversos graus de automação, inclusive automação total, além de aplicações de fertilizantes via água, a fertirrigação, melhorando a disponibilidade de nutrientes para as culturas irrigadas.

variedade anã, exclusiva para a produção de água e manejada segundo exigências dos diferentes segmentos consumidores no relacionado a cor, grau de maturação e características da água. Embora o consumo da água de coco esteja concentrado no mercado nacional, os novos investimentos na sua produção e distribuição objetivam a conquista de outros mercados, como o europeu, a exemplo da uva e da manga. Como esclarece um pesquisador da Embrapa: “Temos notícias de que, atualmente, uma empresa está exportando o coco *in natura*, parafinado, para um país europeu, com possibilidades de expandir a exportação”. Para garantir seu fluxo, buscaram-se soluções para a embalagem da água, sem comprometer sua qualidade.

Nas novas áreas de fruticultura, o coco está sendo produzido por grandes e pequenos produtores, segundo estratégias dependentes dos seus objetivos de capitalização. Pela novidade, os “sistemas modernos de produção”, iniciados há menos de uma década, ainda não oferecem suficientes informações sobre número de produtores, formas de gestão e relações com os mercados. No Brasil ocupam 57.000 ha de área plantada, mas uma grande parte ainda não entrou em produção. Estes novos plantios, explorados empresarialmente, estão sendo realizados, principalmente, em as regiões não tradicionais de cultivo, tais como o semi-árido nordestino e as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte. A expectativa do crescimento do mercado para a água de coco tem animado os produtores a expandir suas áreas com espécies precoces, monitorar para tal todas as fases da produção para garantir a qualidade e produtos *just in time*.

No entanto, a sustentabilidade da atividade é questionável quando, tecnicamente, se sabe que a rápida expansão do plantio de coqueiros da variedade anã não garante, a longo prazo, a lucratividade esperada, em decorrência do custo da produção irrigada, ameaças de superprodução e conseqüente baixa nos preços. Além disso, pelas suas características de empregos gerados, não se pode esperar soluções significativas para o problema do desemprego. Quando comparado a outras culturas, constata-se a baixa exigência de mão-de-obra por hectare para a cultura do coqueiro, em virtude do reduzido número de plantas por hectare⁴ e

⁴ A densidade de plantio utilizada nos cultivos de coqueiro é de 205 coqueiros por ha, ao passo que para as culturas do citros e bananeira, estas densidades são de 470 e 2.000 plantas ha, respectivamente.

por não demandar trabalho de pós-colheita. Ademais, essa cultura tem safras distribuídas em cerca de quatro colheitas anuais, realizadas de forma rápida pelo fato de os seus frutos serem colhidos em cachos.

Na área do Platô de Neópolis, constatou-se a geração de um emprego para cada 5 ha. Os novos empregados são, em sua maioria, homens, jovens entre 18 e 30 anos, 75% registrados e 25% clandestinos. Dos registrados, apenas 0,8% são mulheres, que atuam em atividades administrativas. No discurso dos técnicos e gerentes, entretanto, havia o reconhecimento de ser o trabalho feminino o mais adequado para as tarefas mais leves, como adubação e “cata às baratas” do coqueiro, ambas atividades temporárias. Isto, segundo justificam, porque “as mulheres são consideradas também mais atenciosas, detalhistas, obedientes e limpas”, uma dimensão das desigualdades de gênero também encontrada no Vale do São Francisco, na viticultura.

Apesar do reconhecimento da ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho em diferentes contextos (PIÑERO, 1999; LARA, 1998, entre outros), é importante relativizar o fato por cultivo. No Platô de Neópolis, observa-se tendência inversa, ou seja, a quase exclusão das mulheres do trabalho com a cultura do coqueiro. Na verdade, as relações de trabalho restritas aos homens para esta cultura parecem reproduzir um padrão de produção historicamente constituído na agricultura de sequeiro, na qual a variedade predominante é a gigante, com plantas de até 20 metros e que demandam colheita manual com escalção das árvores. Por estar o coqueiro muito associado à conquista de espaço e à reserva de valor, foi sempre uma atividade muito relacionada aos homens, que o escalavam e controlavam o comércio dos seus frutos. Esse padrão se reproduz na moderna agricultura irrigada, embora as árvores sejam baixas e permitam colheita manual sem escalção. Todas estas atividades estão sob a responsabilidade de técnicos homens, socializados no meio rural compartilhando representações sobre uma divisão social do trabalho na qual aos homens competia a responsabilidade pelas culturas comerciais.

Manga: campeã de exportação

Embora cultivada em todas as regiões do Brasil, a manga é uma cultura predominante no Sudeste e Nordeste. A produção brasileira pode ser observada no Gráfico 3 (NEHEMI et al., 2004).

Pelas excelentes condições para o seu desenvolvimento, o Nordeste destaca-se por oferecer 57% da produção nacional. De maneira geral, é um cultivo feito de modo extensivo em quintais, pequenas propriedades e chácaras, onde são utilizadas cultivares diversas. O cultivo tecnificado da manga é um fato recente. No Vale do São Francisco, a estimativa para o ano 2002 era de 27.000 ha em todo o vale e de 13,5 mil ha no Pólo Petrolina-Juazeiro. Isto revela crescimento da área plantada quando comparada com os dados do ano 2000, constantes do Gráfico 3. As variedades predominantes são Tommy Atkins e Haden, com ampla aceitação no mercado internacional, e gradativamente industrializadas nacionalmente. A expansão da cultura deve-se à sua grande aceitação no mercado internacional e à já citada conjugação de diferentes fatores e estratégias. É uma fruta consumida predominantemente *in natura*.

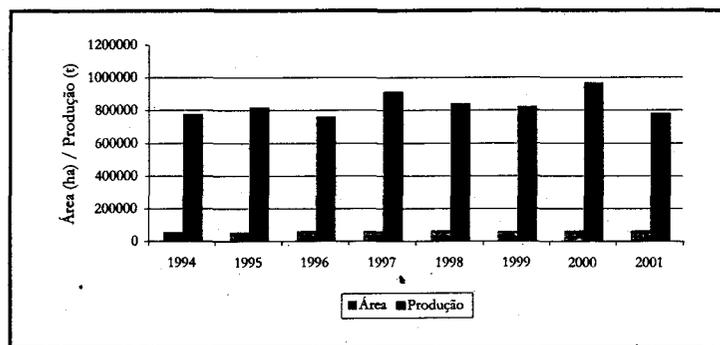


Gráfico 3 – Evolução da produção e área de manga no Brasil, período 1994-2001

Conforme observamos, existem três diferentes formas de produzir: 1. os sistemas de grandes produtores com plantios que chegam a 200 e 300 ha, integrados aos mercados internacionais e associados à Valexport; 2. os sistemas de produção de médios produtores que têm entre 5 e 40 ha, exportando para outros países, vinculados à Aprovale e a outras pequenas organizações, ou de forma isolada por meio de empresas exportadoras e *packing houses* comerciais instaladas recentemente na região; e 3. os sistemas de pequenos produtores que possuem de 1 a 3 ha de manga, e que comercializam individualmente no mercado regional (INCRA, 2000).

Até 2001 a evolução das exportações foi crescente. No entanto a baixa rentabilidade obtida ultimamente pelos produtores desestimulou novos plantios nas principais regiões produtoras do Brasil. Para 2005, porém, os produtores acreditavam na possibilidade do aumento das exportações.

Nos anos recentes, a produção da manga tem passado por muitas alterações, com elevado grau de sofisticação tecnológica e gerenciamento empresarial. Em consequência, os números relativos à sua exportação têm sido considerados animadores em virtude de ocuparem brechas de mercado, como a entressafra do México, principal país exportador para os Estados Unidos. Na construção da cor, sabor, tamanho e apresentação da fruta, os produtores do vale tentam ser competitivos. Eles também têm conseguido avançar ou retardar a fase de maturação da fruta segundo as possibilidades de atender a nichos e tempos de mercado, mantidos pelas vantagens comparativas.

Os diferentes sistemas de produção combinam estratégias e fatores de produção conforme as relações dos produtores com o mercado. Nesse terreno, os grandes produtores são mais competitivos, pois os pequenos produtores enfrentam problemas financeiros, técnicos e associativos os quais limitam a obtenção da qualidade dos seus produtos e prejudicam os preços no mercado interno. Isto, causa problemas na identidade e identificação desses produtores com exportadores, que atribuem à produção “fora do tempo” a causa dos seus sucessos e insucessos. Os médios produtores têm conseguido produzir a menores custos do que os grandes e têm também conquistado mercados fora do país, a exemplo de Canadá, França e Alemanha. No caso do mercado interno, o Estado de São Paulo é o principal consumidor da manga produzida no vale (90%).

Na manga, a utilização da mão-de-obra é bem menor do que em outras culturas. No vale, esta cultura ocupa a maior área e absorve um homem para cada 2ha (CAVALCANTI; FERREIRA IRMÃO, 1994), enquanto no platô esta mesma relação foi de um homem para cada 4,8 ha de manga (MOTA, 1999). A desproporcionalidade entre o número de pessoas ocupadas, em cada caso, deve-se ao fato de no Vale do São Francisco os pomares já estarem produzindo, e no platô encontrarem-se em implantação. Nas duas experiências, as atividades são desenvolvidas,

principalmente com a mão-de-obra assalariada registrada e, predominantemente, masculina. As etapas de irrigação e colheita utilizam a maior parte do trabalho requerido para este cultivo. No entanto, ante as exigências externas de menor manuseio das frutas frescas, já presentes na fase pós-colheita, é provável que, gradativamente, esta atividade venha a ser automatizada.

Resistência local e constituição dos novos atores

Os estudos sobre a globalização têm enfatizado as relações entre as demandas de consumidores de produtos de qualidade e a precariedade de relações de trabalho como elementos da competitividade dos locais de produção nos mercados. A globalização não é uma história de homogeneização (APPADURAI, 1999). Para Bonanno et al. (1994), a globalização se dá em meio a conflitos resultantes da convivência de ganhadores e perdedores, requerendo, portanto, instâncias de mediação. Marsden (1997; 1999) e Marsden e Cavalcanti (2001) ressaltam as assimetrias presentes nas novas regiões produtivas ligadas aos mercados globais no trabalho, nas dimensões gênero, etnicidade e usos do meio ambiente. Nos casos ora estudados, estão presentes aspectos dessas dimensões que merecem melhor análise, como expressões de movimento de resistência.

As relações global/local

A novidade das mercadorias frutas, aqui consideradas como evidências empíricas das novas formas de organização do trabalho e gestão empresarial, nos convida a compreender a trama das relações presentes nas relações globais locais; no entanto, o esforço metodológico para separar esses espaços ou unificá-los não se esgota analiticamente, dada a complexidade da relação (CAVALCANTI, 1999b) instituída na prática cotidiana dos atores envolvidos.

A atualização das desigualdades de gênero

As mulheres que encontraram trabalho e emprego na viticultura alcançaram mudanças significativas no modo como se relacionavam

dentro e fora do espaço doméstico. Entre estas mudanças mencionamos o respeito e o reconhecimento externos por chegarem a ser trabalhadoras sindicalizadas e representantes sindicais. Segundo seus discursos, na luta por melhores condições de trabalho, elas passaram a destacar a própria qualificação para lidar com mercadorias tão sensíveis e de “qualidade”. De acordo com informações, a tentativa de empregar homens nas fases de pré e pós-colheita da uva gerou alguns protestos de homens e mulheres resistentes a essa possibilidade. Isto demonstra a permanência de representações sobre os papéis de homens e mulheres na casa e fora dela.

Formas de organização

Três categorias sociais – empresários, colonos e trabalhadores – presentes nos novos contextos produtivos indicam graus de autonomia e dependência na condução do trabalho e nos elos com os mercados. Cada uma dessas categorias se constitui por meio de vínculos com a sociedade local, com os mercados e entre si. Com experiências diferenciadas no trato da fruticultura, muitos investiram na possibilidade de se constituírem como sujeitos competentes nos novos contextos. A Valeexport, a Ascondir e as várias pequenas cooperativas evidenciam aspectos de como operar nos mercados. A Ascondir, por exemplo, tem atuado para conseguir novos parceiros para a venda dos produtos e formou uma cooperativa na expectativa de vir a competir no mercado mundial.

Diante da heterogeneidade de situações em que vivem esses atores, eles foram forçados a encontrar uma base comum para resistir às propostas de emancipação e de cobrança de novas taxas pela utilização dos serviços de água e energia. Exemplar é o movimento então formado, denominado de irrigantes, pelo qual os produtores do vale vislumbraram eliminar todas as diferenças entre eles por uma pauta comum de reivindicações contra a retirada do Estado. Esperavam, com isso, tornar visível sua presença como agentes produtivos do Vale do São Francisco. Esse movimento lhes assegurou ganhos momentâneos, mas não teve continuidade, como mostram os significativos números de associações, fusões de empresas e inovações tecnológicas e novas parcerias de trabalho que promovem as transformações requeridas pelo mercado de produtos de qualidade, conforme assinalamos a seguir.

A externalização da produção e a reestruturação dos setores

Embora recentes, os processos aqui estudados remetem a tendências já observadas, algumas das quais tratadas em trabalhos anteriores pelos autores deste artigo, nas regiões do Platô de Neópolis e no Vale do São Francisco.

A expansão e a consolidação desses complexos foram acompanhadas por um processo de "exclusão" dos pequenos agricultores de áreas de sequeiros e colonos dos perímetros públicos irrigados, que deram lugar à "inclusão" de pequenos fruticultores profissionalizados e mais capitalizados tecnicamente para inserção nos mercados. Nesse espaço, até então dominado pelas grandes empresas, a inclusão da pequena produção constitui um dos principais fatores de expansão e consolidação da fruticultura.

Como evidenciado, a produção voltada para o mercado de produtos de qualidade passa a exigir, cada vez mais, novas tecnologias, mão-de-obra qualificada e serviços especializados, tanto no processo produtivo, quanto nas atividades pós-colheita, abrindo espaço para a participação das mulheres e dando origem a diversas relações contratuais. Os serviços tornaram-se uma parte inextrincável do complexo frutícola, envolvendo trabalhadores qualificados, um número significativo de técnicos e firmas, entre outros profissionais especializados vinculados a empresas ou autônomos.

As exigências atuais das cadeias de abastecimento de alimentos de qualidade, baseadas em novas combinações e convenções associadas à natureza e ao local de produção, representam uma ameaça para as cadeias de produtos convencionais. Diante disto, a capacidade de definir legitimamente normas ou convenções relativas à qualidade, assim como de poder adotá-las, converte-se numa importante ferramenta econômica para alcançar o mercado global de alimentos de qualidade.

Além disso, os fruticultores buscam novas alternativas de cultivos com fruteiras exóticas, como mangostão, figo-da-índia, lichia, atemóia, ou apelam para o resgate de produtos tradicionalmente conhecidos, como sapoti e romã, até então sem qualquer apelo comercial.

A fusão e associação de algumas empresas e a entrada em cena de empresas com *packing houses* apenas para comercialização, sem investimento direto na produção, e o aparecimento de pequenas associações de fruticultores são novos fenômenos presentes no complexo frutícola do Vale do São Francisco. Assim como o surgimento da indústria de transformação, a jusante da produção, a exemplo do envasamento da água de coco, processamento de frutas (polpa e doces etc.) como forma de aproveitamento de produtos e, principalmente, devido à dificuldade de mercado para alguns produtos, como o coco e a goiaba.

Pelo exposto, fica sublinhado o caráter da nova relação estabelecida entre a agricultura e o novo setor de serviços. Enquanto o número de trabalhadores na agricultura está sendo reduzido, uma multiplicidade de prestadoras de serviços: acondicionamento, embalagem, apresentação e transporte dos produtos, surge com força suficiente para agregar diferentes grupos de produtores que, individualmente, não alcançariam os mercados mais compensadores. Um novo senso de cooperação emerge como condição para garantir prazos e qualidades, e também novos conhecimentos técnicos para a circulação dos produtos. Exemplos significativos das novas formas de relacionamento entre os diferentes setores da economia são observados, apesar dos novos riscos e formas de dependência que, embora parte da história da agricultura, se acentuam nos novos locais de construção de produtos frescos e perecíveis.

Referências

APPADURAI, A. **Modernity at large: public worlds**. v. 1. Minneapolis: London, 1994.

_____. **The social life of things: commodities in cultural perspectives**. New York; Cambridge: Cambridge University, 1999.

BONANNO, A. et al. **From Columbus to Conagra: the globalisation of agriculture and food**. Lawrence: University of Kansas, 1994.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI J.

S. B. (Org). **Globalização, trabalho, meio ambiente:** mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: UFPE, 1999. p. 47-96.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório especial para o desenvolvimento do Vale do São Francisco.** Brasília, 1995. (Mimeogr.).

BRASIL exporta mais fruta e ganha menos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jan. 2002. Agrofolha. p. 1.

CAVALCANTI, J. S. B.; FERREIRA IRMÃO, J. Globalização, integração regional e seus impactos sobre a produção familiar: um estudo sobre os sistemas de produção do Vale São Francisco-NE-Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA, 17., 1994. Porto Alegre. **Anais...** v. 2. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: CNPq, 1994. p. 59-72.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização, urbanização, constituição e produção da força de trabalho: políticas, energéticas e irrigação no Vale do São Francisco. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO R. C.; CASTRO, E. R. (Orgs.). **Energia na Amazônia.** v. 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996. p. 421-429.

_____. Frutas para o mercado global. **Estudos Avançados da USP**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, jan./abr. 1997.

CAVALCANTI, J. S. B.; RAMOS, J. V. R.; SILVA, A. C. B. da. El trabajo femenino en la agricultura de exportación: las trabajadoras en la producción de uva: Brasil. In: BENDINI, M.; BONACCORSI, N. **Con las puras manos.** Buenos Aires: La Colmena, 1998. p.77-94.

CAVALCANTI, J. S. B. Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação: heterogeneidades no trabalho. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, San Pablo, v. 5, n. 9, p. 155-171, 1999a.

_____. Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org).

Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: UFPE, 1999b. p. 123-170.

CAVALCANTI, J. S. B.; SILVA, A. C. B.*da. Estratégias produtivas de homens e mulheres na fruticultura de exportação: o caso do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org). **Globalização, trabalho, meio ambiente:** mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: UFPE, 1999. p. 259 -281.

CAVALCANTI, J. S. B.; BENDINI, M. I. **Hacia una configuración de trabajadores rurales en la fruticultura de exportación en Brasil y Argentina.** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 339-362.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **The world of goods.** Routledge: London, 1996.

FRIEDLAND, W. H. Commentary on part III: creating space for food and agro-industrial just in time. In: GOODMAN, D.; WATTS, M. **Globalising food.** Routledge: London, 1997. p. 226-232.

GOODMAN, D.; WATTS, M. Agrarian questions: global appetite, local metabolism: nature culture, and Industry in Fin-de Siècle. In: **Globalising food.** Routledge: London, 1997. p. 1-32.

GOODMAN, D. Agro-food studies in the age of ecology: nature, corporeality, bio-politics. **Sociologia Ruralis**, United Kingdom, v. 39, n. 1, p. 17-38, 1999.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil.** Rio de Janeiro, 1991.

INCRA. **Diagnóstico e planejamento do desenvolvimento sustentável local:** a experiência de Santa Maria da Boa Vista: síntese do relatório final. Brasília: INCRA; FAO, 2000.

LARA, S. M. **Nuevas experiencias productivas y nuevas formas de organización flexible del trabajo en la agricultura mexicana.** México: J. Pablos, 1991. 302 p.

_____. **Análisis del mercado de trabajo rural en México, en un contexto de flexibilización.** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 363-382.

LONG, N. Globalisation and localization: new challenges to rural research. *In*: MOORE, H. (Ed.). **The future of anthropological knowledge: the uses of knowledges: global and local relations.** New York: London, 1996. (ASA Decennial Conference Series).

MARSDEN, T. K.; CAVALCANTI, J. S. B.; FERREIRA IRMÃO, J. Globalization, regionalisation and quality: the socio-economic reconstitution of food in the San Francisco Valley, Brazil. **International Journal of Sociology and Food**, Pullman, v. 5, p. 85-114, 1996.

MARSDEN, T. K. Creating space for food: the distinctiveness of recent agrarian development. *In*: GOODMAN, D.; WATTS, M. **Globalising food.** Routledge: London, 1997. p. 169-191.

MARSDEN, T. K. Globalização e sustentabilidade: criando espaços para alimentos e natureza. *In*: CAVALCANTI J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: UFPE, 1999. p. 25-46.

MARSDEN, T. K.; CAVALCANTI, J. S. B. Globalisation, sustainability and the new agrarian regions: food labour and environmental values. **Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 18, p. 39-68, 2001.

MARTINE, G. Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. *In*: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987. p. 9-19.

MCMICHAEL, P. **The Global restructuring of agro-food systems.** Ithaca: Cornell University, 1994.

MENNEL, S.; MURCOTT, A.; OTTERLOO, A. H. V. **The sociology of food: eating, diet and culture.** London: SAGE, 1994.

MIRIZOLA FILHO, L. A. Produção de coco aumenta 25% em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 nov. 2000. Agrofólia, p. 3. Entrevista.

MOTA, D. M. da. Trabalho permanente e temporário na fruticultura irrigada nordestina: o Platô de Neópolis/SE. **Raízes**, Campina Grande, v. 20, p. 63-75, 1999.

MOTA, D. M. da. O trabalho temporário no projeto de irrigação Platô de Neópolis, SE. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 18, p. 113-134, 2001.

NEHEMI, I. M. D.; FERRAZ, J. V.; NEHEMI FILHO, V. A. (Coords.). **Agriannual 2004.** São Paulo: FNP Consultoria e Agroinformativos, 2004.

OLIVEIRA, A. C. de. (Coord.). **Impactos econômicos da irrigação sobre o pólo Petrolina-Juazeiro.** Recife: UFPE, 1991.

PIÑERO, D. E. Trabajadores rurales y flexibilización laboral: el caso do Uruguay. *In*: APARICIO, S.; BENENCIA R. (Orgs.). **Empleo rural en tiempos de flexibilidad.** Buenos Aires: La Comena, 1999. p. 99-132.

PIRES, M. L. L. e S. **O cooperativismo agrícola em questão: a trama de relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) Canadá.** 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

REDCLIFT, M. Global environmental change and global inequality: north/south perspectives. **International Sociology**, London, v. 13, n. 4, p. 499-516, 1998.

RODRIGUES, J. F. **Políticas públicas e modernização na região de fruticultura no Rio Grande do Norte: o lugar da agricultura familiar.** 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SILVA, A. G. da. Trabalho e tecnologia na produção na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte. *In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org). **Globalização, trabalho, meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.* Recife: UFPE, 1999. p. 307-340.

SILVA, J. G. da. Agroindústria e globalização: o caso da laranja em São Paulo. *In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org). **Globalização, trabalho, meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.* Recife: UFPE, 1999. p. 221-258.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, P. C. G. da. **Articulação dos interesses públicos e privados no Pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA**: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.